



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata 41ª Reunião Ordinária

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais

41ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais

Súmula – Síntese dos encaminhamentos

Aos vinte quatro dias do mês de março de dois mil e vinte dois, após verificação de quórum em primeira chamada, às 09:42, o presidente do Consec, Leônidas José de Oliveira, abriu a 41ª Reunião Ordinária que ocorreu na Faculdade Dom Helder Câmara, em Brumadinho contando com a presença verificada de 20 membros titulares e 04 membros suplentes no exercício da titularidade, quais sejam:

1. Leônidas José de Oliveira – Titular
2. Aryanne Ribeiro – Titular
3. Xisto José Pinto Costa – Titular
4. Adriano Maximiano da Silva - Titular
5. Antonio Carlos Diniz Pimenta – Titular
6. Wenderson Godoi dos Santos – Titular
7. Danilo Silva Batista – Titular
8. Daiany Soares Sarmiento – Titular
9. Andressa Iza Gonçalves – Titular
10. Alanson Moreira Teixeira Gonçalves - Titular
11. Thaynã Fernandes Araújo Paes – Titular
12. Daiany Soares Sarmiento – Titular
13. Marcela de Queiroz Bertelli - Titular
14. José Ricardo Simões – Titular
15. Bruno Henrique Costa – Titular
16. Arthur Henrique Soares Sales Duarte – Titular
17. Marília Barreto de Queiroz – Titular
18. Giovanna Penido Pinto Marques Paiva – Titular
19. Elzelina Dóris Santos – Titular
20. Cintia Mirlene Pela Freire – Titular
21. Eliane Denise Parreiras Oliveira - Suplente no exercício da titularidade
22. Rita de Cássia Loureiro Trindade – Suplente no exercício da titularidade
23. Sandra Peixoto Barcelos de Oliveira - Suplente no exercício da titularidade
24. Fernanda Rosaes Vigato - Suplente no exercício da titularidade
25. José Oliveira Júnior - Suplente

26. Laís Terçariol Vitral – Suplente
27. Wallace Rocha Armani – Suplente
28. Jeferson Rios – Suplente

A pauta de reunião abordou os seguintes pontos:

1. Fundo Estadual de Cultura/FEC 2022;
2. Informe sobre Mudanças na Gestão Secult;
3. Relatórios GTs;
4. Relatório Comissão Plano Estadual de Cultura;
5. Informações sobre Execução Orçamentária 2021;
6. Informações sobre o orçamento/22 e regimento do Consec;

Além dos conselheiros presentes participavam da reunião, técnicos da Secult e convidados, sendo eles: Igor Arci Gomes, Subsecretário de Cultura, Milena Pedrosa, Subsecretária de Turismo, Maristela Rangel (SECULT), Jeferson Fonseca (FAOP), Sabrina Anjos (FAOP), Janaína Amaral Pereira da Silva (SECULT), Jean Sérgio Gomes Oliveira (SECULT), Joana Braga Reis (FCS), Sérgio Reis (EMC), Fábio Caldeira (EMC), Marianna Reis Victória (SEDE), Tatiana Rocha (SECULT), Regina Vieira de Faria Ferreira (SECULT), Ana Cristina Pontes (ALMG), Cristiane Tolentino Machado (UFVJM).

PRÉ-REUNIÃO - DIÁLOGO COM O SECRETÁRIO E EQUIPE DA SECULT E SUAS VINCULADAS

O Secretário de Cultura e Turismo e presidente do Consec, Leônidas Oliveira saudou os presentes. Em seguida, ressaltou que o momento é de ação de graças e de agradecimento por termos passado pela pandemia e sobrevivermos. Ressaltou que o período nos fez refletir mais sobre nós mesmos. Destacou que o setor da cultura paralisou e, até hoje, ele ainda está sofrendo e voltando aos poucos. As atividades culturais na rua, a cultura popular, o congado e as manifestações populares estão começando agora a voltar. Manifestou seu agradecimento ao Padre Paulo e ao vice-reitor da Escola Superior Dom Helder Câmara, o Franklin Brito, pela atenção em acolher o Consec.

Em seguida, Leônidas Oliveira, comentou sobre o 2º Encontro da Rede Estadual de Gestores de Cultura e Turismo e salientou o grande número de secretários de cultura e turismo reunidos no evento, mostrando a união para a potência do Sistema Estadual de Minas Gerais. Informou que, na abertura do evento, solicitou aos gestores que fizessem as proposições para a nova Lei que vem aí e, posteriormente, apresentarem ao Consec como forma de construção coletiva na definição de uma política comum e articulada com os recursos que virão da Lei Paulo Gustavo. Salientou a importância da transversalidade da cultura e do turismo.

Leônidas Oliveira propôs ao Consec que artistas e técnicos, indivíduos, grupos e povos de comunidades tradicionais se organizem para participar do próximo encontro de gestores como uma oportunidade para apresentarem aos gestores possibilidades de espetáculos, exposições, shows, etc, como roda de negócios criativos. Ressaltou que os principais contratantes do interior são as prefeituras, o que pode ser oportunidade de reunir Sated, Sinparc e todos produtores e agentes culturais para apresentarem seus espetáculos, trabalhos e serviços aos gestores municipais.

Em seguida Leônidas Oliveira passou a palavra para o Padre Paulo, que saudou os presentes, destacou as obras artísticas expostas no espaço e apresentou a missão da Dom Helder, o período difícil da pandemia para o setor de educação e da igreja e finalizou desejando um bom trabalho à todos os presentes.

Dando sequência ao momento, Leônidas Oliveira apresentou aos conselheiros o lançamento do Ano da Mineiridade que busca traduzir toda riqueza cultural do estado, em conjunto com os 100 anos do Modernismo. Solicitou ao subsecretário, Igor Arci, que apresentasse a marca da Mineiridade que traz elementos do artesanato mineiro. Segundo o secretário o momento atual está impregnado de preconceito e a cultura da paz vem como escudo para conter comportamentos que traduzem

intolerância. Ressaltou o preconceito contra os terreiros e também com a igreja evangélica. Solicitou aos conselheiros que fizessem uma reflexão sobre o papel da cultura na desconstrução desse modelo que prejudica a todos.

Convidou os conselheiros para o lançamento da Via Liberdade. Informou a instauração da Pinacoteca, no prédio Verde, em parceria com a Cemig, no Circuito Liberdade, com um andar para o interior de Minas Gerais. Anunciou que está sendo articulado o projeto Metrópole da Mineiridade, com apoio da Copasa, sendo uma espécie de virada cultural metropolitana, com data a ser definida. Convidou os conselheiros para a Ópera Aleijadinho, para uma grande celebração no âmbito do ano da Mineiridade e destacou a necessidade de se proteger a cultura negra. Anunciou a criação do Selo Estradas Reais como forma de incluir municípios que possuem histórias ligadas à ocupação do território nacional. Destacou a importância da Rede Minas na construção de uma programação mais ampla que contemple todos os aspectos de cultura erudita e popular.

Leônidas salientou a interface do turismo com cultura, especialmente com o fluxo de turistas que aumentam o consumo de serviços de artistas e técnicos. Solicitou aos conselheiros apoio para avançar nesta união. Anunciou uma maior aproximação com as IGRs (Instâncias de governança Regional) fundamentais na organização regional do turismo. Atualmente são 44 IGRs espalhadas pelo estado prontas para atuar em conjunto com a Cultura.

Após a apresentação, a vice-presidente, Aryanne Ribeiro, sugeriu que todos os conselheiros se apresentassem, salientando a oportunidade de todos se conhecerem presencialmente e também para que o Secretário pudesse ouvir todos os conselheiros, o que foi feito em sequência. Após este momento foi feito intervalo para o almoço.

ORDEM DO DIA

Dando sequência à reunião, às 14h12, o Subsecretário de Cultura Igor Arci abordou os pontos seguintes da pauta. Com relação às mudanças de gestão da Secult informou que as alterações foram decorrentes de ajustes. Informou que Janaína Amaral assumiu a Superintendência de Fomento Cultural, Economia Criativa e Gastronomia, e Kika Bruno assumiu a Diretoria de Fomento e Gislene Silva dos Santos irá assumir a Diretoria de Prestação de Contas. O subsecretário informou que existe um planejamento de gestão, no qual estão previstos treinamentos, ajustes de recursos, chamamentos, monitoramento da Copefic, entre outros.

Adriano Maximiano destacou a análise de um projeto pela Copefic que foi caracterizado com cunho religioso e a necessidade de treinamento para os avaliadores sobre os conceitos da afro mineiridade. Igor Arci informou que em relação ao FEC, não foi possível realizar os pagamentos devido à vedação eleitoral. Contudo, foi feito recurso, por meio de uma nota técnica e a equipe foi pessoalmente a AGE que entendeu e concordou com a defesa. Sendo assim, foram liberados todos os pagamentos (pessoa física, prefeituras e OSCs). Janaína Amaral informou que os pagamentos estão no financeiro para empenho. A equipe da Secult fará contato com os proponentes para que assinem o recibo no dia que o pagamento for liberado. Igor informou que os pagamentos serão feitos de abril a junho.

Com relação ao cronograma de Editais do FEC serão publicados nos meses de maio e junho os seguintes editais.

EDITAL MINEIRIDADE DA CULTURA – Cinco milhões; Pessoa física

CALHAS E TELHADOS – Cinco milhões

INTERCÂMBIO - Luxemburgo, Alemanha, Portugal, Bélgica, envolvendo ações formativas (em estudo, com execução em 2023, será enviado ao Consec.)

Igor lembrou do teto previsto no Fec de 20% para pessoas físicas.

A conselheira Andressa indagou sobre o edital de pontos de cultura e Igor informou que está previsto para o segundo semestre e deve ser executado em 2023. Com relação ao valor deste edital vai depender do saldo de recursos.

Lais Vitral falou do problema recorrente enfrentado pelos proponentes de projetos culturais, ao serem diligenciados ou receberem recomendações nos pareceres de aprovação/reprovação do projeto,

informando que o percentual de custos administrativos dos projetos extrapolou. Quando da verificação, tal fato ocorre porque a SECULT inclui os custos de coordenação e produção como custos administrativos.

De acordo com a Instrução Normativa 03/2012, artigo 18, § 1º: Compreende-se por custos administrativos a soma dos itens de despesas executadas na atividade meio do projeto cultural, tais como: A- remuneração de pessoal administrativo como assessoria, coordenação, gestão, secretária e outros, com os seus encargos sociais;

No entanto, é importante entender o que cada função citada na equipe e na planilha orçamentária apresentada realmente executa, pois as funções de coordenação e produção podem sim ser administrativas, mas principalmente no caso da produção, esse caso é exceção.

Cabe destacar também que, ainda que conste a palavra “coordenação” junto a determinadas rubricas, somente esse fato não caracteriza uma atividade como administrativa, pois podemos ter várias rubricas de coordenação que são relativas à execução do projeto, e não atividade meio. Exemplos: coordenação de produção, coordenação técnica, coordenação de acessibilidade, coordenação de comunicação, dentre outras.

A função de produtor também pode ter distintas nomenclaturas e desdobramentos: coordenação de produção, produção executiva, produtor de logística, produtor artístico, produtor local, produtor técnico, dentre outros. Foram exemplificadas diversas funções que podem ser desempenhadas pelos produtores em um projeto cultural, que não são funções administrativas.

Concluiu sua fala sugerindo que a SECULT realize treinamentos junto à COPEFIC e servidores responsáveis pela análise de projetos, readequações e prestações de contas, para alinhamento do entendimento das funções desempenhadas pela produção para que as rubricas não mais sejam computadas dentro do percentual de custos administrativos.

Após sua fala, Igor Arci convidou a conselheira para participar do próximo encontro de treinamento da COPEFIC, que deve acontecer daqui a três semanas.

Em continuidade, José Júnior falou sobre os Grupos de Trabalho/GTs e os **Relatórios de interfaces da cultura e de políticas**. Informou que o Relatório do GT de interface das instituições de ensino e a cultura está concluído, mas os coordenadores deste GT, Fernando Mencarelli e Moacyr Laterza, justificaram que não podiam comparecer à reunião para apresentação. José Júnior informou sobre o cancelamento do GT de interface da cultura com o Meio Ambiente. Em seguida convidou os coordenadores dos GTs da Educação, Gastronomia, Música, Esportes, para suas apresentações. A coordenadora do GT de interface com a Educação, Elzelina Dóris, informou que apresentará o relatório na próxima reunião do Consec.

Daiany Sarmiento, coordenadora do GT de interface com Turismo/Gastronomia informou que é possível constatar a necessidade de maior interlocução entre o Turismo e Cultura; e se faz necessário identificar e enfatizar que os elementos culturais são, em grande medida, os verdadeiros formadores dos diferenciais de atração dos lugares e destinos em Minas Gerais. O GT terá três eixos na construção do parecer:

- Apontar elementos da relação do turismo com a cultura, com o patrimônio material e imaterial, as culturas populares, os festejos, e os segmentos do audiovisual, música, moda, design e gastronomia.
- Apresentar estratégias de fortalecimento das dimensões culturais da experiência com os lugares e o povo no contexto da atividade turística.
- Re(afirmar) não só a contribuição da Cultura para a renovação dos lugares e destinos turísticos Mineiros, mas também, para ampliar e diversificar a oferta de diferenciais turísticos e econômicos do estado.

Em seguida, a coordenadora do GT políticas para a Música, Marcela Bertelli, apresentou suas considerações informando que o relatório do GT será apresentado posteriormente, pois precisa ser organizado dentro do formato a ser indicado pelo José Oliveira Junior. Marcela Bertelli apresentou as linhas gerais do trabalho realizado pelo GT. Explicitou que o grupo utilizou como documentos de referência o relatório apresentado pelo GT de Música da gestão anterior do Consec e os documentos dos

Planos setoriais para música, bem como realizaram debate com a sociedade civil por meio de um grupo de trabalho do Fórum da Música.

Em linhas gerais, a conselheira destacou a atenção aos pontos centrais do Plano de Desenvolvimento Setorial definidos pelo Consec, bem como procurou ampliar a percepção do patrimônio musical de Minas Gerais, que abrange mestre, grupos e expressões das culturas populares e tradicionais, acervos, espaços formativos, a infraestrutura e equipamentos culturais, bem como artistas, grupos, coletivos, associações e empresas, técnicos e emissoras de comunicação. O parecer vai focar a necessidade de mapeamento e diagnóstico participativo do setor, fortalecimento institucional participativo da sociedade civil, ampliação e diversificação de recursos, articulação com universidades e Secretaria de Estado de Educação para atuação conjunta na formação musical, fortalecimento de emissoras públicas e comunitárias de rádio e TV e a retomada do Programa Música Minas para circulação, intercâmbio e difusão da produção musical do estado.

Finalizando este ponto da pauta, o conselheiro Arthur Henrique Soares informou que o grupo concluiu o parecer do GT de interface da cultura e o esporte e apresentou o resumo da conclusão do grupo. Relatou que o Grupo de Trabalho tem como membros ele próprio, Adriano Maximiano, Alanson Costela, Emmano Garcia e Sofia Benfica. Entre as discussões fundamentais que o GT tratou, objetivou-se entender quais os pontos de convergência das pastas de esporte e cultura no Governo de Minas Gerais possuem. Os pontos principais foram: A gestão das políticas por governos municipais, que, segundo dados da Pesquisa de Gestão do Esporte nos Estados e Municípios (GEEM), realizada Universidade Federal do Paraná e o Observatório do Esporte de Minas Gerais, dos 528 municípios mineiros respondentes, 286 possuem secretarias ou órgão correlato que atuam sendo responsáveis tanto pela pasta de esportes quanto pela pasta de cultura. Outro ponto foi a existência de Conselhos Municipais para ambas as pastas, fomentados por ações específicas do Governo do Estado e que ambas as secretarias estaduais operacionalizam Leis Estaduais de Incentivo, que fomentam o esporte e a cultura por intermédio da desoneração fiscal do ICMS. Por fim, o grupo trabalhou também a correlação entre o esporte e a cultura popular, com foco nos jogos indígenas e na capoeira, entre outros. No parecer, vão apontar que o caminho recomendado é aproximar ainda mais as agendas de forma a promover ações coordenadas e integradas.

Dando continuidade à reunião, José Junior apresentou como está o andamento do trabalho dos GTs da Comissão de Acompanhamento da revisão do Plano Estadual de Cultura, adiantando alguns exemplos de como tem se dado a construção, partindo de cada uma das ações do Plano e apontando planos de ação objetivos a partir deles, de modo a subsidiar a construção de indicadores e facilitar a priorização posterior:

GRUPO 1

Ação no Plano	Planos de Ação possíveis
1aa; instituir mecanismos de incentivo e promoção das festas tradicionais populares locais, garantindo-se que os critérios de fomento sejam definidos em conjunto pela SEC e pelo Conselho Estadual de Política Cultural – Consec –, ouvida a sociedade civil;	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento dos festejos tradicionais populares no estado; • Estabelecimento de mecanismo regular de fomento específico para os festejos tradicionais;
12; Criar programa voltado para a sistematização e a operacionalização do trabalho em rede dos espaços culturais públicos e privados no Estado.	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento dos espaços culturais usados e subutilizados no estado. • Definir recomendação de critérios de uso de espaços públicos.

- **Criar critérios específicos no sistema estadual de financiamento para estimular o uso articulado de espaços para prática artística.**

GRUPO 2

Ação no Plano	Planos de Ação possíveis
	Banco de profissionais da economia criativa
64; Criar, com a participação dos conselhos de política cultural, plataforma virtual colaborativa e de mapeamento georreferenciado integrada aos sistemas existentes no âmbito do SEC e do SNC, com atualização permanente de dados;	Cadastro de empresas e entidades do setor cultural Mapeamento da rede mineira de pontos de cultura
a) pessoas e coletivos culturais transmissores da cultura popular, tradicional e itinerante de Minas Gerais; b) iniciativas, mostras e festivais realizados em rede, no interior do Estado, que promovam o intercâmbio de artistas mineiros;	Mapeamento da rede estadual de bibliotecas e de museus Mapeamento de mestres e mestras, grupos, povos e comunidades tradicionais
c) artistas e profissionais ligados às áreas de gestão cultural pública, da sociedade civil e da iniciativa privada, pessoas físicas e jurídicas, classificando em categorias diferentes as manifestações e expressões artísticas populares, tradicionais e que promovam a acessibilidade cultural e as atividades artísticas profissionais, segundo sua autodenominação;	Mapeamento de bens tombados e inventariados no estado Mapeamento de Mostras e Festivais
d) espaços culturais, formais e informais, pontos de cultura e escolas de arte, bem como cursos livres, de graduação e pós-graduação de todas as expressões artísticas e culturais;	Levantamento e disponibilização Calendário oficial da Cultura Mapeamento de espaços de formação

GRUPO 4

Ação no Plano	Plano de Ações possíveis
103; Propor, com a participação do Consec e por meio de consulta pública, diretrizes para a elaboração e a revisão dos editais de fomento, de forma a contemplar os diversos segmentos culturais, nos termos das metas e ações de política cultural constantes neste plano;	<p>- <u>Instituir RESOLUÇÃO</u> estabelecendo:</p> <p>a) Publicação de relatório regular de avaliação dos mecanismos de fomento;</p> <p>b) Consulta Pública Periódica via Consec para definição de diretrizes de planejamento de editais do sistema de financiamento a cultura: Regionais, Setoriais, profissionais/populares; / Socioculturais, experimentação e iniciantes/fases de carreira</p>
108; Identificar e apoiar possíveis mecanismos de fomento, de financiamento e de desoneração tributária , no âmbito do Estado, para cooperativas, entidades do terceiro setor, médias, pequenas e microempresas do setor cultural , produtores, artistas, grupos artísticos	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de incentivo a cooperativas artísticas; • Cadastro integrado de empresas culturais (em andamento) e de entidades do terceiro setor; • Cartilha de orientação para implantação de desoneração tributária ao setor cultural nos municípios (inserir na cartilha para políticas municipais de economia criativa); • Estudar desoneração junto à CEMIG e à Copasa;

Jose Júnior comentou sobre as etapas da revisão do Plano Estadual de Cultura dizendo que a etapa de apresentação ao Consec e coleta de sugestões estava sendo concluída naquela data e que a finalização do documento de recomendações ao Consec deverá ser concluída até a próxima reunião ordinária.

Seguindo a pauta, Sobre o Regimento do Consec, foi informado que o documento encontra-se em análise na Consultoria Técnico-Legislativa/CTL do estado. José Júnior apresentou a execução orçamentária e física de 2021, e o orçamento da Secult para 2022 (tabelas disponíveis SEI 1410.01.0000573/2022-68).

Com relação ao orçamento do Consec para 2022, o Igor Arci explicou aos conselheiros que não foi possível elaborar uma previsão orçamentária para o Consec em 2022 dada a série histórica do orçamento. De toda forma se posicionou favorável à realização das reuniões ordinárias serem presenciais e se comprometeu a buscar formas para a viabilização.

Neste momento vários conselheiros se manifestaram defendendo a importância da reunião acontecer de forma presencial. Aryanne solicitou que as reuniões ordinárias sejam presenciais e sugeriu que uma delas seja realizada no período de 17 a 23 de julho no Festivale.

Abriu-se votação para a realização da reunião no Festivale, verificou-se o quórum e foram computados os seguintes votos.

- 2 abstenções
- 01 justificativa de ausência
- 16 votos favoráveis

Igor pediu a palavra para esclarecer que o orçamento é uma peça que é autorizada pela ALMG e ressaltou o papel da ex-vice-presidente, Magdalena Rodrigues, que fazia um trabalho de sensibilização para defender e ampliar o orçamento do Consec. Ana Cristina Pontes esclareceu que a ALMG permite a participação da sociedade e que isso é um movimento normal e pode ser retomado a qualquer momento.

Vencidos todos os pontos da pauta, a 41ª Reunião Ordinária do Consec foi encerrada, às 17h35 e está fielmente descrita nesta ata lavrada por mim, Aryanne Ribeiro, Vice-presidente, assinada digitalmente e

validada por todos os conselheiros presentes à ocasião.

Em tempo: informamos que os comentários não transcritos nesta Súmula se encontram registrados em gravação no site da Secult.

Belo Horizonte, 30 de março de 2022

Leônidas José de Oliveira – Presidente do Consec

Aryanne Ribeiro – Vice-presidente



Documento assinado eletronicamente por **Leônidas José de Oliveira, Secretário de Estado**, em 07/06/2022, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aryanne Ribeiro, Cidadão**, em 08/06/2022, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andressa Iza Gonçalves, Cidadão**, em 08/06/2022, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Simões Silva, Usuário Externo**, em 08/06/2022, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Xisto José Pinto Costa, Usuário Externo**, em 08/06/2022, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wenderson Godoi dos Santos, Usuário Externo**, em 08/06/2022, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CARLOS PIMENTA DINIZ, Usuário Externo**, em 08/06/2022, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Silva Batista, Usuário Externo**, em 08/06/2022, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **WALLACE ROCHA ARMANI, Usuário Externo**, em 08/06/2022, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Eliane Denise Parreiras Oliveira, Presidente(a)**, em 08/06/2022, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lais Terçariol Vitral, Usuário Externo**, em 08/06/2022, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela de Queiroz Bertelli, Usuário Externo**, em 09/06/2022, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Henrique Costa, Usuário Externo**, em 09/06/2022, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **DAIANY SOARES SARMENTO, Usuário Externo**, em 09/06/2022, às 19:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elzelina Doris dos Santos, Servidor (a) Público (a)**, em 13/06/2022, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **SANDRA PEIXOTO BARCELOS DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 14/06/2022, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Loureiro Trindade, Usuário Externo**, em 14/06/2022, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alanson Moreira Teixeira Gonçalves, Cidadão**, em 15/06/2022, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Giovanna Penido Pinto Marques Paiva, Usuário Externo**, em 26/07/2022, às 19:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO MAXIMIANO DA SILVA, Usuário Externo**, em 28/07/2022, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **45028369** e o código CRC **3591A731**.